



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes – Zona Cívico-Administrativa
Brasília - Brasil – CEP: 70.150-908
Telefones: (55-61) 3411-4246/3411-4330
Fax: (55-61) 3326-8449

**46ª Reunião da Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre a Mulher da
América Latina e Caribe**
Santiago, Chile, 28 a 30 de novembro de 2011

Informe do Brasil
Período: dezembro de 2010 a outubro de 2011

Brasília, novembro de 2011.

Apresentação

O período que abrange o presente informe é marcado pela eleição e pelo primeiro ano do governo da Presidenta Dilma Rousseff.

No discurso proferido quando foi declarada eleita, a Presidenta Dilma Rousseff registrou o seu primeiro compromisso: “honrar as mulheres brasileiras para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural. E que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis, nas entidades representativas de toda nossa sociedade”. E completou: “a igualdade de oportunidades para homens e mulheres é um princípio essencial da democracia. Gostaria muito que os pais e mães de meninas olhassem hoje nos olhos delas e lhes dissessem: SIM, a mulher pode!”.

O compromisso central do novo Governo, expresso na sua logomarca PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA, é com a erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todas as pessoas.

Sabemos que não se enfrenta a extrema pobreza sem fortes investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação. Como afirmou nossa Presidenta: “temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso, e, ao mesmo tempo, avançar investindo fortemente nas áreas mais modernas e sofisticadas da invenção tecnológica, da criação intelectual e da produção artística e cultural”.

Sabemos que não se enfrenta a miséria, de forma definitiva, sem enfrentarmos as chamadas desigualdades estruturantes – de gênero e raça. Por isso, a Secretaria de Política para as Mulheres se associa à estratégia central do Governo, articulando-a com a promoção da autonomia econômica, social e política das mulheres, olhando também para as diferenças existentes entre as próprias mulheres.

3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Para avançar com a concretização das políticas para as mulheres no governo Dilma Rousseff, foi convocada a terceira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que tem coordenação conjunta da SPM e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

O objetivo da conferência é ser um espaço de discussão e elaboração de propostas de políticas públicas para a construção da igualdade de gênero e o fortalecimento da autonomia das mulheres de forma a contribuir com a erradicação da pobreza e o exercício da plena cidadania pelas mulheres brasileiras. A promoção da autonomia das mulheres foi estabelecida como prioridade pela a nova gestão da SPM e é entendida como autonomia física (que engloba aspectos de saúde e enfrentamento à violência) política, cultural (envolvendo também aspectos educacionais) e sócio-econômica.

Foram estabelecidos os seguintes temas a serem tratados na conferência: análise da realidade nacional social, econômica, política, cultural e dos desafios para a construção da igualdade de gênero; avaliação e aprimoramento das ações e

políticas que integram o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e definição de prioridades.

Todas as discussões da Conferência, sobre as temáticas ou sobre os documentos, deverão incorporar as dimensões de classe, gênero, étnico racial, geracional e da livre orientação e liberdade sexual da sociedade brasileira. A avaliação das ações implementadas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, durante o período de 2008 a 2011, contribuirá para a definição das prioridades para o próximo período.

A atuação da SPM em 2011 está sendo marcada pelo processo preparatório da 3ª Conferência, que será finalizado com a Conferência Nacional, entre os dias 12 a 15 de dezembro de 2011, em Brasília, com a participação de mais de três mil mulheres.

O processo das conferências municipais foi iniciado em agosto de 2011 e estiveram envolvidos mais de dois mil municípios, mobilizando cerca de 200 mil mulheres. Foram realizadas conferências em todas as 27 Unidades da Federação.

As conferências municipais e estaduais têm expressado o amplo e heterogêneo universo das mulheres brasileiras. Participaram delas desde as índias caciques do Oiapoque, no Amapá, reivindicando a aplicação da Lei Maria da Penha nas aldeias, até as feministas e operárias em São Paulo, passando pelas mulheres em situação de prisão nas Penitenciárias do Espírito Santo, pelas moradoras das florestas do Acre, as sertanejas e sem-terra de Caruaru, em Pernambuco, e as agricultoras de Santa Catarina.

1. Conquistar maior autonomia econômica e igualdade na esfera do trabalho

No período deste informe a SPM promove a 4ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que abrange o período de 2011 a 2012. A mudança mais importante nesta 4ª edição é a incorporação definitiva das questões de raça nas ações do programa. Foram homologadas para esta edição a inclusão de 95 empresas, 81 públicas e 14 privadas, e lançado o boletim eletrônico do Programa, que trará mensalmente informações sobre o andamento da 4ª Edição e esclarecerá dúvidas das empresas e instituições participantes e da sociedade em geral.

O programa é desenvolvido pela SPM em parceria com a ONU mulheres – Entidade das Nações Unidas para Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho – OIT. Para assessorar a coordenação do programa nas etapas de análise e aprovação das propostas de adesão recebidas pela SPM, e na avaliação final das organizações participantes para a Obtenção do Selo Equidade está instituído um Comitê Técnico-Institucional, composto por representantes do governo, empresas e trabalhadores.

O Programa Pró-equidade de Gênero e Raça promove a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no âmbito das organizações públicas e privadas, baseado no desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional, com vistas à equidade de gênero e raça no mundo do trabalho. Contribui para a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego, para conscientizar e

sensibilizar empregadores e empregadoras e estimular as práticas de gestão que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres dentro das organizações e o reconhecimento público do compromisso das organizações com a equidade de gênero e raça no mundo do trabalho.

Ao solicitar a inclusão ao programa, as empresas públicas ou privadas, se responsabilizam em desenvolver, no prazo de um ano, um processo de construção das condições de equidade em sua cadeia produtiva, através de adoção de práticas de equidade de gênero e raça de forma sistemática, como um instrumento de gestão, que contribua para o alcance de bons resultados em termos de qualidade do ambiente de trabalho e produtividade. Após esse prazo, as empresas passam por um processo de avaliação para receberem o Selo Pró-equidade, atestando que assumiram o compromisso com a equidade de gênero e raça.

Trabalhadoras Domésticas

A SPM participou da 100ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT (Organização Internacional do Trabalho), em Genebra. A delegação brasileira esteve composta também por representantes dos sindicatos de trabalhadoras domésticas do Brasil.

A Conferência debateu os direitos trabalhistas e a regulamentação da profissão das trabalhadoras domésticas, abordando o trabalho doméstico na perspectiva do trabalho decente. As discussões e consultas a cerca da regulamentação do trabalho doméstico subsidiaram a construção de uma convenção e recomendação. A convenção elaborada na 100ª Conferência OIT foi aprovada pelo Brasil e obriga os países a adotarem medidas que garantam melhores condições aos trabalhadores domésticos.

Para promover o direito das trabalhadoras domésticas a todas as garantias trabalhistas e o trabalho decente, está tramitando no Congresso Nacional o Projeto de Emenda à Constituição nº 478/2010, que revogaria o parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal, estabelecendo a igualdade de direitos trabalhistas entre os empregadas/os domésticas/os e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Neste sentido, foi criada em 21 de setembro de 2011 uma Comissão Especial destinada a proferir parecer à proposta de emenda (PEC 478/2010) que realizou até agora 1 reunião deliberativa e 2 audiências públicas.

Lei da Igualdade

Tramita na Câmara Federal uma proposta de Lei que cria mecanismos para prevenir e coibir a discriminação contra a mulher nas relações de trabalho. Como indica a ementa, a proposta da Lei é criar mecanismos para prevenir e coibir a discriminação contra a mulher e estabelecer medidas de proteção e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho rurais e urbanas.

O PL encontra-se em discussão na Câmara Federal. O Projeto chamado de "Lei da Igualdade" tipifica o crime de discriminação de gênero contra a mulher, com pena de detenção e multa, e visa conceder melhores condições de vida às mulheres e

respectivas famílias, visto que o custo da discriminação de gênero atinge toda a sociedade e deturpa a educação das gerações futuras, descaracterizando, na prática, o próprio princípio da dignidade humana.

A necessidade de se criar uma legislação que coíba a discriminação de gênero contra a mulher, na ambiência profissional, é reforçada pelos dados que comprovam sua ocorrência no habitual da mulher brasileira, sendo, pois, patente, a necessidade de ações normativas que possam prescrever e orientar políticas nacionais de prevenção e contenção das referidas condutas discriminatórias, na perspectiva, pois, dos próprios direitos humanos das mulheres.

Este substitutivo na sua versão original propõe regras consideradas fundamentais às garantias de igualdade no mercado de trabalho. Enfatiza as medidas pertinentes ao equilíbrio entre as responsabilidades familiares e profissionais, sem o que a igualdade de cidadania jamais se realiza. Cria medidas de incentivo às empresas para a adoção de planos de igualdade de gênero. Estabelece regras específicas de prevenção e de punição do assédio sexual e do assédio moral no âmbito das relações de trabalho. Cria a Comissão Interna Pró-Igualdade (CIPI), aproveitando-se da experiência da CIPA prevista na CLT de 1943.

Outras medidas não menos importantes integram a proposição tais como as que garantem e ampliam a assistência às trabalhadoras e trabalhadores com relação aos menores sob sua guarda, bem como com relação às pessoas idosas pelas quais respondem, questões da vida familiar que repercutem sobre a vida profissional, dificultando seu pleno desenvolvimento.

2. Fortalecer a cidadania das mulheres

No campo da educação e ciência a SPM continuou implementando os compromissos assumidos no II PNPM. Neste informe destacamos a continuidade de dois grandes programas, um relacionado mais diretamente à educação, o Programa Gênero e Diversidade na Escola e outro voltado, em especial, para a ciência, o Programa Mulher e Ciência. Além disso, foram estabelecidos acordos para implementação de novos programas e projetos.

Em agosto de 2011 foi lançado o programa “Mulheres Mil”, que pretende formar e inserir 100 mil mulheres no mercado de trabalho até 2014. O Mulheres Mil, que faz parte do Plano Brasil sem Miséria, quer dar acesso à educação profissional a mulheres em situação de vulnerabilidade social, como mães solteiras, ou chefes de família, que não tiveram oportunidade de estudar e nem de ser inseridas no mercado formal. O programa é executado em parceria pelos ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelas secretarias de Políticas para as Mulheres e de Direitos Humanos.

O Mulheres Mil foi implantado como projeto piloto em 2007, em parceria com universidades canadenses. Por intermédio de 13 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, o projeto atendeu mil mulheres em 13 estados do Norte e Nordeste. Agora, será efetivado em todo o país e, ainda neste ano, 100 campi da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica deverão beneficiar 10 mil mulheres com a aplicação do programa.

O Programa é estruturado nos eixos educação, cidadania e desenvolvimento sustentável, utilizando metodologia desenvolvida para acolher mulheres em contextos de vulnerabilidade social. Funciona a partir da oferta de cursos de formação personalizados, que trazem em seus programas temáticas como direitos e saúde da mulher, relações interpessoais, inclusão digital. Por meio de chamada pública, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação coordenará a adesão dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia ao programa.

Outra ação de destaque está inserida âmbito do Memorando de Entendimento assinado entre Brasil e Estados Unidos, para o Avanço da Condição da Mulher, que prevê a cooperação e intercâmbio de informações com vistas a eliminar a discriminação contra a mulher e alcançar a igualdade de gênero em vários campos. Um dos seus objetivos primordiais é estimular a produção científica sobre relações de gênero e promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas.

Assim, a SPM, em parceria com o Consulado dos Estados Unidos em Recife, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco e a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe) desenvolveu o projeto “Futuras Cientistas”.

O objetivo do projeto é estimular o interesse e promover a participação de mulheres estudantes do ensino médio nas áreas de Ciência e Tecnologia, por meio da aproximação a Centros Tecnológicos e Instituições de Pesquisa. As atividades, semelhantes a uma escola de verão, acontecerão nos laboratórios do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene), em Pernambuco, onde as participantes conhecerão mais a fundo as áreas de nanotecnologia, biotecnologia e microeletrônica.

Programa Gênero e Diversidade na Escola

O Programa Gênero e Diversidade na Escola é realizado pela SPM em parceria com o Ministério da Educação, sendo voltado para a formação de professores da Educação Básica nas temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnicos raciais. Em cinco anos de existência já capacitou 24,5 mil profissionais.

Este ano o programa oferece cerca 12 mil vagas para a formação continuada dos docentes, por meio do Plano Nacional de Formação de Professores. Estão sendo inseridos no programa capacitações em assuntos como a diversidade sexual, racial, cidadania e direitos humanos. Há expectativa de ampliar a oferta para 30 mil vagas, em 2012.

Programa Mulher e Ciência

Criado em 2005, o Programa Mulher e Ciência, constitui-se em uma parceria entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), o Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

São quatro os eixos que formam a base do Programa em questão: o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, realizado anualmente; o Edital de apoio a pesquisas no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos, com periodicidade bienal; o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências, realizado a cada três anos; e o apoio à criação e fortalecimento dos núcleos de gênero nas universidades, efetivado por meio de edital público lançado anualmente.

Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero

No período do presente informe, foi dada continuidade às inscrições para o 7º Prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero”. Abertas no início de junho de 2011, os interessados puderam enviar trabalhos até o dia 10 de outubro.

O Prêmio tem como objetivo estimular e fortalecer a reflexão crítica e a produção científica em torno das desigualdades existentes entre homens e mulheres no Brasil, contemplando as abordagens de classe social, geração, raça-etnia e sexualidade.

Esta edição foi considerada ainda mais provocativa, com a chegada de uma mulher a presidência. A nova conjuntura nacional está refletida em boa parte dos trabalhos apresentados.

No evento de lançamento desta 7ª edição, Junia Puglia, representante da ONU Mulheres Brasil e Cone Sul, afirmou que o Prêmio é uma iniciativa bem sucedida por procurar desmistificar estereótipos de gênero, “essa reflexão deve ser mantida, ampliada e aprofundada cada vez mais”.

A premiação é dividida em diferentes categorias. Aproximadamente 3.300 estudantes do ensino médio se inscreveram no concurso de redação que premiará 27 estudantes, um por estado e o Distrito Federal, e serão agraciados com computadores, impressoras e bolsas de estudo.

Na categoria “Estudante de Graduação” foram inscritos 203 artigos científicos, na “Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado”, foram 224, e na categoria “Mestre e Estudante de Doutorado” houve 122 inscrições. Os seis melhores artigos científicos premiados nestas três categorias, sendo dois selecionados em cada uma delas, receberão bolsas de estudo e premiações em dinheiro no valor de R\$ 46 mil.

Puderam também se inscrever as escolas públicas e privadas que estejam desenvolvendo projetos e ações pedagógicas para a promoção da igualdade de gênero. Nesta última categoria houveram 59 inscritas e será premiada uma escola por região, que receberá a quantia de R\$10 mil, a ser aplicado na ampliação e fortalecimento de ações promotoras da igualdade de gênero.

Programa de Extensão Universitária

O Programa de Extensão Universitária (Proext) foi criado em 2003 e apóia instituições públicas de ensino superior na elaboração de projetos de extensão, que contribuam para a implementação de políticas públicas com ênfase na inclusão social. A extensão universitária é um conjunto de ações de caráter educativo e interdisciplinar que permitem a interação entre a universidade e a sociedade. O objetivo é estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes e atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior.

Este é o segundo ano em que a Secretaria de Políticas para as Mulheres participa da iniciativa. No edital 2011 foram escolhidos 86 projetos e programas para trabalhar a linha temática “Mulher e relação de gênero”, tendo o número de inscritos aumentado de 18, em 2010, para 101. No conjunto, os projetos selecionados, que preencheram os requisitos, vão receber R\$ 4.417.679,76 para viabilizar a execução das ações previstas.

As instituições elaboraram propostas nas áreas: garantia dos direitos das mulheres; enfrentamento à violência contra as mulheres como compromisso social; sensibilizando novos profissionais quanto ao problema; promoção da disseminação de conhecimento em comunidades isoladas, áreas rurais e de floresta; mulheres jovens; e orçamento público com perspectiva de gênero.

A edição do Proext de 2011 teve seu orçamento duplicado: passou de R\$ 35 milhões, em 2010, para R\$ 70 milhões. Foram ao todo 1.626 propostas recebidas e 709 contempladas para receber recursos para desenvolver ações voltadas à promoção de políticas públicas sociais. O conjunto dos projetos aprovados envolve em sua execução 709 coordenadores, 3.378 professores, 7.401 alunos e 559 técnicos.

Mulheres rurais

A forma de organização do trabalho nas comunidades rurais reproduz, em grande medida, a divisão sexual do trabalho verificada na sociedade urbana e industrial. As mulheres são responsáveis pelo trabalho reprodutivo e pelos cuidados domésticos, enquanto cabe aos homens o trabalho gerador de renda monetária, apenas este reconhecido como produtivo. Tais distinções são acompanhadas por valorações e representações da desigualdade que sustentam, por exemplo, a noção de ajuda dos homens em casa e de ajuda das mulheres na roça.

A divisão sexual do trabalho invisibiliza o trabalho das mulheres, ao desconsiderar sua contribuição para a geração de renda monetária da família, eleva a segregação do trabalho familiar e concentra as formas e mecanismos de gestão e tomada de decisão dentro da unidade de produção familiar ou do grupo de produção na mão dos homens.

Tem sido desenvolvido um conjunto de ações articuladas do Governo Federal e dos movimentos e organizações feministas voltadas para a promoção da autonomia econômica e igualdade das mulheres rurais.

Coube ao MDA, em especial à sua Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, em parceria com a SPM/PR e considerando-se o disposto nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, desenvolver um conjunto de ações voltadas para a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, na agricultura familiar, no desenvolvimento territorial e no etnodesenvolvimento de comunidades quilombolas.

São medidas voltadas à ampliação e fortalecimento da participação econômica das trabalhadoras rurais por meio da garantia do acesso aos recursos produtivos, da sua participação social e da promoção da cidadania.

São muitas as desigualdades de gênero no contexto da extrema pobreza. As mulheres chefes de família representam 16% no meio rural. Dentre as chefes de famílias na extrema pobreza, 1 milhão e 656 mil mulheres não têm acesso a rendimentos próprios.

Uma contundente expressão na desigualdade de rendimentos fica por conta da renda agrícola: enquanto os homens recebem R\$ 84,00 por mês, as mulheres recebem apenas R\$ 9,00 pelo trabalho na agricultura (PNAD, 2009).

As políticas para as mulheres rurais visam a redução das desigualdades de gênero e a construção da autonomia das mulheres, através da garantia dos direitos das mulheres à documentação civil, trabalhista e jurídica, à terra e aos recursos naturais, à produção, à organização econômica e a participação e controle social; e da valorização do trabalho produtivo desempenhado pelas mulheres;

Entre as políticas de promoção da cidadania das mulheres rurais destacam-se o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) e ações que possibilitam a participação e controle social nas políticas de desenvolvimento territorial

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), criado em 2004, é uma ação interministerial, coordenada pelo MDA e o INCRA e outros Ministérios, que fortalece a cidadania e a autonomia econômica das mulheres rurais.

Atualmente o Programa integra o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) emitindo gratuitamente através de mutirões itinerantes (23 unidades móveis) documentos civis, trabalhistas e previdenciários nas áreas rurais da extrema pobreza, com atendimento prioritário para as mulheres rurais; e realiza ações educativas sobre acesso às políticas públicas para a agricultura familiar e reforma agrária, combate e violência contra a mulher. Já foram realizados 2.951 mutirões itinerantes, em 3.182 municípios, com a emissão de 1.609.386 documentos para mais de 735 mil mulheres.

As ações de participação e controle social nas políticas de desenvolvimento territorial fortalecem a participação das mulheres rurais nas instâncias territoriais, desenvolvem ações de articulação e formação em políticas públicas para ampliar o acesso das mulheres as políticas públicas; promovem a atuação de educadoras territoriais que acompanham os comitês de mulheres dos Territórios de Cidadania com capacitação, formação, mobilização e articulação das mulheres rurais. Em 2010 foram constituídos 77 comitês de mulheres dos Territórios da Cidadania.

Entre as políticas de promoção dos direitos das mulheres a terra temos a Titulação conjunta no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e a Titulação conjunta no Programa de Crédito Fundiário

A Titulação conjunta no Programa Nacional de Reforma Agrária é a garantia do direito das mulheres ao título dos lotes da reforma agrária, através da titulação conjunta obrigatória em nome do homem e da mulher em condição de casamento ou união estável. O PNRA também prioriza o acesso das mulheres chefes de família na sistemática de classificação de beneficiários/as.

A Titulação Conjunta do PNCF é a garantia do direito das mulheres ao título dos imóveis rurais. Os documentos referentes à titulação de propriedade dos imóveis no âmbito do PNCF, quando os mutuários e as mutuárias constituírem um casal, em situação de casamento ou união estável, deverão efetivar, obrigatoriamente, a titularidade conjunta de ambos.

Estão sendo desenvolvidas, ainda, políticas de promoção organização produtiva das mulheres rurais, entre essas a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Pronaf Mulher, o Crédito Apoio Mulher, o Programa Organização Produtiva das Mulheres Rurais e o Programa de Aquisição de Alimentos.

Em 2004, a *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural* (PNATER) passou a contar com uma Política Setorial de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para as Mulheres com objetivos de fortalecer a organização produtiva, promover a produção de base ecológica e ampliar o acesso das mulheres às políticas públicas de produção e comercialização.

Atualmente a política Setorial de ATER para Mulheres esta voltada para o fortalecimento de grupos produtivos de mulheres, qualificando a produção, comercialização e gestão.

Os serviços de ATER para grupos de mulheres são contratados pela Diretoria de Políticas para Mulheres, através de Chamamentos Públicos, de acordo com o estabelecido na Lei 12.188. Mais de 51 mil mulheres rurais já foram beneficiadas com a ATER Setorial.

O *Pronaf Mulher* É uma linha de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) específica para as mulheres que tem como objetivo reconhecer e estimular suas atividades produtivas agrícolas ou não agrícolas.

Podem acessar as agricultoras familiares e assentadas da reforma agrária inseridas na unidade familiar de produção e que atendam às faixas de enquadramento do Pronaf. Cada família terá direito a uma operação da linha especial Pronaf Mulher, através de um projeto individual ou coletivo.

Para acessar este crédito as mulheres devem ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A DAP tem dupla titularidade, ou seja, deve apresentar os nomes da mulher

e homem responsáveis pela família. Já foram efetuados mais de 38 mil contratos do Pronaf Mulher totalizando mais de R\$ 272 milhões.

O *Crédito Apoio Mulher* é uma modalidade do Crédito Instalação implementado nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária que tem como objetivo promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica, bem como contribuir para a igualdade entre mulheres e homens no meio rural.

É direcionado exclusivamente grupos produtivos de mulheres titulares de lotes de assentamentos da reforma agrária, composto de, no mínimo, três (3) integrantes. O valor deste crédito é até R\$ 3.000,00 por beneficiária, desembolsado em parcela única, para a produção agrícola e/ou comerciais (exceto atividades com bovino de corte). Entre 2009 e 2010 foram efetuados mais de 7 mil contratos do Crédito Apoio Mulher.

O *Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais – POPMR*, criado em 2008, visa ampliar e consolidar a autonomia econômica das mulheres, fortalecendo suas organizações produtivas. O programa apóia e incentiva a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia feminista e solidária; viabiliza o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização fortalecendo o seu protagonismo na economia rural.

Podem acessar as agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, quilombolas, extrativistas, indígenas, pescadoras, aquicultoras e ribeirinhas integrantes de organizações e/ou grupos produtivos, compostos por no mínimo cinco mulheres. Cerca de 9.400 grupos de mulheres foram identificados e mais de 79 mil mulheres foram beneficiadas pelo POPMR.

Por fim, vale destacar a Resolução nº. 44, de 16 de Agosto de 2011 que determina que a participação das mulheres deve ser considerada prioridade na seleção e execução de propostas do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, em todas as modalidades e por todos os operadores do programa.

Serão destinados, no mínimo, cinco por cento (5%) da dotação orçamentária anual do PAA para as organizações compostas exclusivamente por mulheres ou organizações mistas com participação mínima de setenta por cento (70%) de mulheres na composição societária.

Em relação às modalidades de Compra Direta Local com Doação Simultânea e de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, será exigida a participação de, pelo menos, quarenta (40%) e trinta (30%) por cento de mulheres, respectivamente do total de produtores fornecedores.

3. Ampliar a participação das mulheres nos processos de tomada de decisões e nas esferas de poder

No período deste informe, deu-se continuidade às ações previstas no capítulo 5 do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e também ao Fórum Nacional

de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, que foi realizado no dia 11 de julho de 2011, em Brasília.

Criado em 2006, o Fórum conta com o apoio da SPM e é um espaço multipartidário, composto por representantes das Instâncias de Mulheres dos partidos políticos. O Fórum tem como objetivo discutir e elaborar estratégias para promover a participação das mulheres na política, tanto das que já atuam, são filiadas e concorrem nas eleições, como daquelas que desejam entrar no meio político. Incidindo desde o interior dos partidos, busca a inclusão de questões de gênero nas agendas políticas e de mulheres nos quadros partidários e eleitorais.

Nesta edição do Fórum houve a participação da Ministra Iriny Lopes e de representantes de instâncias de mulheres de diferentes partidos políticos. As principais pautas do evento foram a discussão sobre Reforma Política no Brasil, a Lei de Igualdade no mundo do trabalho (PL 6653), que está em tramitação na Câmara Federal, e a importância do fortalecimento da participação das mulheres no âmbito político-partidário.

4. Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres

No período deste Informe, o Governo brasileiro deu continuidade à implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e iniciou o processo de repactuação com os estados da Federação para o próximo período.

Em julho de 2011 foi realizado um encontro para avaliar a implementação do Pacto. Concluiu-se que o crescimento da rede de serviços de atendimento às mulheres a criação dos mecanismos de políticas para as mulheres nos estados e municípios são as principais conquistas. Atualmente existem 23 mecanismos estaduais e 320 municipais. Foram *investidos* R\$ 73,9 milhões na construção, reforma e reaparelhamento dos serviços da rede de atendimento, o que gerou considerável crescimento e melhora no atendimento. Nos últimos 4 anos o número de serviços saltou de 110 para 190 Centros de Referência, 53 para 72 Casas Abrigo, de 338 para 466 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, de 47 para 93 Juizados e Varas adaptadas, além da criação de 57 Defensorias Especializadas; 21 Promotorias Especializadas; 12 Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor 21 Promotorias/Núcleos de Gênero no Ministério Público.

Outra importante ação desenvolvida no período de implementação do Pacto é a capacitação das equipes que trabalham na rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Nesse período, 41.980 profissionais ligados diretamente à Rede participaram de algum tipo de formação, além de outros 529.710 ligados à segurança pública; 2.017 técnicos e gestores municipais das redes de saúde de atenção às mulheres em situação de violência, e 7.864 psicólogos, assistentes sociais e advogados dos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Como o Pacto tem a duração de quatro anos (2007 – 2011), a repactuação é importante para a reafirmação da política de enfrentamento à violência contra as mulheres e o compromisso dos estados com a sua implementação. As principais metas são a ampliação da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência

com o objetivo de capilarizar o enfrentamento à violência contra as mulheres e incidir sobre a diminuição de homicídios e violência sexual.

Nessa nova etapa, os eixos foram modificados e ampliados de quatro para cinco. São eles: garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha; ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; garantia da segurança cidadã e acesso à justiça; garantia dos direitos sexuais reprodutivos; e garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e de seus direitos.

Essa divisão propiciará tratar cada assunto de maneira mais profunda, e a inclusão do novo eixo visa oferecer às mulheres em situação de violência, autonomia econômica e financeira para que possam romper o ciclo da violência, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo novo governo da presidenta Dilma, que tem ênfase na política de enfrentamento à miséria e à pobreza.

O Espírito Santo foi o primeiro estado a repactuar o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Dados do Mapa da Violência de 2011 e 2010 mostram que o Espírito Santo lideram o ranking de homicídios. Atualmente, a rede de atendimento à mulher no Espírito Santo conta com 30 serviços (6 Centros de Referência; 3 serviços de abrigamento; 10 Deams; 3 serviços de saúde; 3 Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; 1 Promotoria Especializada; 1 Defensoria Especializada; e 4 Organismos de Políticas para as Mulheres).

Comemoração dos 5 anos da Lei Maria da Penha

Ainda no período do informe, foi comemorado os 5 anos da criação da Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha. Esta legislação deu visibilidade à violência sofrida por milhões de brasileiras e representa um avanço na luta pela igualdade de gênero. Para lembrar a data e reafirmar o compromisso com os direitos e cidadania das mulheres, a Secretaria de Política para as Mulheres, a Petrobras, a BR Distribuidora, o governo do Estado e a Prefeitura do Rio de Janeiro realizaram um grande ato show, no dia 5 de agosto, Rio de Janeiro.

A festa contou com a presença as ministras Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, e Luiza Bairos, da Igualdade Racial, e do secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, deputadas e senadoras, gestoras do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, secretários estaduais de outros estados, representantes da sociedade civil e do movimento de mulheres, além da farmacêutica Maria da Penha, que dá nome à Lei. Ao todo, estiveram presentes mais de 3 mil mulheres, que debateram a Lei Maria da Penha em oficinas, mostra de filmes e diversas apresentações culturais.

Fórum de Mulheres do Campo e da Floresta

O Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta é composto por representantes do governo federal e da sociedade civil e se reuniu em setembro para dialogar sobre a implementação de

políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres voltadas especificamente às mulheres que vivem no campo e nas florestas.

Nesta edição do fórum, foi discutida a implementação das Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em situação de Violência, iniciativa inédita que prestará serviço de atendimento à mulheres de comunidades rurais e municípios afastados dos grandes centros urbanos. A criação do projeto piloto é uma resposta da Presidenta Dilma Rouseff e da SPM a pauta de reivindicações da Marcha das Margaridas, que ocorreu em agosto de 2011 e reuniu mais de 70 mil mulheres do campo e da floresta em Brasília.

Na agenda de trabalho esteve também a definição sobre a participação da sociedade civil no controle desse serviço itinerante; avaliação e debate sobre projetos direcionados às mulheres do campo: da agricultura familiar; extrativistas; catadoras de coco e babaçu e seringueiras; e avaliação da Marcha das Margaridas/2011 no âmbito do Governo Federal.

Campanha Homens pelo fim da violência contra as mulheres

Em visita ao Brasil, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, recebeu em Brasília, no dia 16 de junho de 2011, 56 mil assinaturas de homens brasileiros coletadas pela campanha “Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, liderada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. O abaixo-assinado foi entregue pela ministra Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que reforçou o compromisso do Governo Brasileiro com o fim da violência contra as mulheres e o envolvimento de novos atores, a exemplo do público masculino.

A lista com os nomes dos homens brasileiros vai fazer parte do contador mundial de assinaturas e ações impulsionadas pela campanha do Secretário-Geral “UNA-SE pelo fim da violência contra as mulheres”, que tem por objetivo prevenir e eliminar a violência contra as mulheres e meninas em todas as partes do mundo.

No Brasil, as assinaturas foram coletadas pela internet, numa demonstração do compromisso público de líderes políticos, atletas, artistas e milhares de anônimos com a implementação integral da Lei Maria da Penha e a efetivação de políticas públicas voltadas para a eliminação da violência contra as mulheres. Entre as 56 mil assinaturas, estão a do ex-jogador Raí, do cantor Sérgio Reis, do ex-presidente Lula e de centenas de autoridades políticas e homens líderes.

Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Estão sendo realizadas duas iniciativas importantes com relação ao serviço telefônico disponibilizado pela SPM “Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180”. A primeira delas foi o lançamento de uma nova campanha de divulgação em rádio e tv, que foi lançada no mês de agosto, no marco da comemoração dos cinco anos de sanção da Lei Maria da Penha. A própria Maria da Penha, farmacêutica, que deu o nome à lei, participa do filme.

Outra importante iniciativa que está sendo construída é a ampliação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, que passará a atender ligações também do

exterior. O objetivo é prestar orientações às brasileiras vítimas de violência doméstica fora do Brasil, assim como possíveis vítimas de tráfico de pessoas. O serviço será gratuito e funcionará durante 24 horas por dia, todos os dias da semana. A experiência piloto será lançada no evento de comemoração do 25 de novembro, dia internacional de combate à violência contra as mulheres e funcionará inicialmente atendendo ligações oriundas de Portugal, Espanha e Itália.

A Central de Atendimento à Mulher Disque 180 recebeu 1,9 milhão de ligações desde sua criação, em abril de 2006, até junho deste ano. Durante esse período houve 237.271 relatos de violência. Desse total, 141.838 correspondem à violência física; 62.326, à violência psicológica; 23.456 à violência moral; 3.780, à violência patrimonial; 4.686, à violência sexual; 1021, ao cárcere privado; e 164, ao tráfico de mulheres. A maior parte das mulheres que entrou em contato com o Ligue 180 é parda (46%), tem entre 20 e 40 anos (64%), cursou parte ou todo o ensino fundamental (46%), convivem com o agressor há mais de dez anos (40%) e 87% das denúncias são feitas pela própria vítima. O percentual de mulheres que declaram não depender financeiramente do agressor é de 59% e, em 72% das situações, os agressores são os cônjuges das vítimas. Os números mostram que 65% dos filhos presenciam a violência e 20% sofrem violência junto com a mãe.

Em números absolutos, São Paulo lidera o ranking com 44.499 atendimentos, seguido pela Bahia com 32.044. Em terceiro lugar aparece Minas Gerais com 23.430 dos registros. A procura pelo Ligue 180 é espontânea e o volume de ligações não se relaciona diretamente com a incidência de crimes ou violência. A busca pelo serviço reflete um maior acesso da população a meios de comunicação, vontade de se manifestar acerca do fenômeno da violência de gênero, fortalecimento da rede de atendimento às mulheres e empoderamento da população feminina local.

Fatores como melhorias tecnológicas, capacitação de atendentes, campanhas de divulgação e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (que tinha como meta atingir 1 milhão de ligações neste ano) contribuíram para registrar esse número record de atendimentos.

5. Facilitar o acesso das mulheres às novas tecnologias e promover meios de comunicação igualitários, democráticos e não-discriminatórios.

No período desse informe por solicitação da SPM o Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária) instaurou o processo ético número 225/11, para investigar o caso do anúncio "Gisele Bündchen - Hope Ensina". A decisão de encaminhar a representação foi tomada pela SPM, depois que sua Ouvidoria Pública Nacional recebeu diversas denúncias de que a propaganda teria conteúdo discriminatório ao reforçar o estereótipo da mulher como objeto sexual de seu marido.

A campanha, denominada "Hope ensina", protagonizada pela modelo Gisele Bündchen, estimula as mulheres a fazerem exposição do corpo e insinuações sensuais para amenizar possíveis reações de seus companheiros frente a incidentes do cotidiano.

De acordo com a representação da SPM, a "propaganda promove o e ignora os

grande avanços que temos alcançado para desconstruir práticas e pensamentos sexistas. E também apresenta conteúdo discriminatório contra a mulher, infringindo os arts. 1º e 5º da Constituição Federal”.

O Conselho de Ética do Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária) decidiu, em primeira instância, recomendar o arquivamento da representação que pedia a suspensão do anúncio "Gisele Bündchen - Hope Ensina". A decisão de colocar em julgamento a campanha, veiculada nas redes privadas da televisão brasileira, foi decidida pelo Conar a partir de denúncia encaminhada por 40 consumidores e também por representação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), que também recebeu denúncias de consumidores.

A Secretaria avaliou que o fato do Conar ter levado a representação a julgamento em seu Conselho de Ética já representou um importante avanço. “O Conselho de Ética do Conar opera com o princípio da admissibilidade. Assim, ao levar a representação a julgamento admitiu a importância do debate”, avaliou a Secretaria.

O relator do processo afirmou, ao justificar seu voto, que “os estereótipos presentes na campanha são comuns à sociedade e facilmente identificados por ela, não desmerecendo a condição feminina”. Para a SPM, ao admitir a existência de estereótipos na peça publicitária,

A ouvidora da SPM lembrou que o Conar vem “contribuindo decisivamente” para o avanço da publicidade brasileira, particularmente no que se refere à utilização do corpo feminino e da sensualidade em comerciais de TV ou anúncios de jornais. “As mudanças na propaganda de cerveja são um exemplo que merece ser festejado. O avanço é tamanho que atualmente existem 32 normas éticas, adotadas nos anos de 2000, 2004 e 2008, para demonstrar a responsabilidade ética da comunicação das cervejas”, lembrou ela. A propaganda de uma marca de cerveja foi retirada do ar, no ano passado, por decisão do Conselho de Ética do Conar, após julgamento de representação encaminhada pela SPM.

Algumas destas normas estabelecem que a publicidade não pode mais explorar o erotismo ou a sensualidade. E os personagens masculinos das peças publicitárias não podem mais mostrar que “se dão bem com a mulherada” por causa da cerveja. O código também estabelece: “Eventuais apelos à sensualidade não constituirão o principal conteúdo da mensagem; modelos publicitários jamais serão tratados como objeto sexual”.

Ainda no período do informe foi realizado, no dia 03 de outubro de 2011, pelo Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, o seminário “Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres”. Reuniu-se em Brasília profissionais de imprensa e especialistas na agenda de equidade de gênero. Na ocasião, foi discutido como a mídia noticiosa pauta o debate público com relação à temática de gênero e houve apresentação de uma pesquisa sobre a repercussão na mídia da participação das mulheres nas eleições nacionais e estaduais de 2010.

6. Promover a saúde integral e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

A presidenta Dilma Rousseff e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, lançaram em março deste ano, a Rede Cegonha, composta por um conjunto de medidas para garantir a todas as brasileiras, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), atendimento adequado, seguro e humanizado desde a confirmação da gravidez, passando pelo pré-natal e o parto, até os dois primeiros anos de vida do bebê. As medidas previstas na Rede Cegonha – coordenadas pelo Ministério da Saúde e executadas pelos Estados e Municípios, que deverão aderir às medidas – abrangem a assistência obstétrica (às mulheres) – com foco na gravidez, no parto e pós-parto como também a assistência infantil (às crianças).

A Rede Cegonha contará com R\$ 9,397 bilhões do orçamento do Ministério da Saúde para investimentos até 2014. Estes recursos serão aplicados na construção de uma rede de cuidados primários à mulher e à criança. “Estamos colocando nesta Rede não só recursos financeiros mas, também, toda a força do SUS com o objetivo de priorizar os cuidados às mulheres e às crianças do Brasil”, destacou o ministro Alexandre Padilha, durante a cerimônia de lançamento da Rede Cegonha. A presidenta Dilma definiu a Rede Cegonha como um dos programas de expansão do Sistema Único de Saúde. “Ela faz parte de um compromisso que eu assumi com a qualidade da saúde no país”, afirmou. “Nosso esforço é continuarmos ampliando o acesso à saúde em um sistema de alta qualidade. E o SUS começará a medir a qualidade dos serviços que presta pelas ações da Rede Cegonha direcionadas às mães e aos bebês”, completou a presidenta.

A meta é levar as ações inseridas na Rede Cegonha a todo o país. Inicialmente, o cronograma de implantação da rede priorizará as regiões da Amazônia Legal e Nordeste – que têm os mais altos índices de mortalidade materna e infantil – e as regiões metropolitanas, envolvendo a maior concentração de gestantes. Porém, qualquer município pode aderir à Rede.

A Rede Cegonha terá atuação integrada com as demais iniciativas para a saúde da mulher no SUS, com foco nas cerca de 61 milhões de brasileiras em idade fértil. Nos postos de saúde, será introduzido o teste rápido de gravidez. Confirmado o resultado positivo, será garantido um mínimo de seis consultas durante o pré-natal, além de uma série de exames clínicos e laboratoriais. A introdução do teste rápido, inclusive para detectar HIV e sífilis, também será novidade para reforçar o diagnóstico precoce e a adesão ao tratamento.

Desde a descoberta da gravidez até o parto, as gestantes terão acompanhamento da Rede Cegonha, tomando um posto de saúde como referência, e saberão, com antecedência, onde darão a luz. As grávidas receberão auxílio para se deslocarem até os postos de saúde para realizar o pré-natal e à maternidade na hora do parto, com vale-transporte e vale-táxi.

A Rede Cegonha também prevê a qualificação dos profissionais de saúde que darão a assistência adequada às gestantes e aos bebês. Serão capacitados os profissionais de saúde que atuam tanto na atenção primária como em serviços de urgências obstétricas.

A Rede Cegonha contará com campanhas públicas nas escolas (de nível médio e superior) e também com ações de mobilização da sociedade sobre a importância da

educação sexual e reprodutiva, bem como do aleitamento materno. A alta taxa de gravidez entre adolescentes também contribui para risco para mãe e o bebê.

8. Promover a cooperação internacional e regional para a equidade de gênero.

Além da novidade e o avanço que representa a presença de Dilma Rousseff como a primeira mulher a ocupar o cargo mais alto no poder executivo da República Federativa do Brasil, no âmbito internacional a presidenta inaugurou outro espaço de poder que era ainda inédito às mulheres. No dia 21 de agosto de 2011 ela foi a primeira mulher a fazer o discurso de abertura da 66ª Assembléia Geral das Nações Unidas.

No seu discurso afirmou “Tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será o século das mulheres... Mas, o meu país, como todos os países do mundo, ainda precisa fazer muito mais pela valorização e afirmação da mulher”.

A presidenta da República participou também do Colóquio de Alto Nível da ONU sobre a Participação Política de Mulheres, ao lado da secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, e da diretora-executiva da ONU Mulheres, Michelle Bachelet. Durante o discurso, ela disse que tem se empenhado “para aumentar a participação feminina nas instâncias decisórias”, destacando a composição ministerial de seu governo, que alterou de forma substantiva a presença de mulheres neste posto de poder, que havia sido ocupado, nos anteriores 121 anos de história republicana, por somente 18 mulheres.

“Tenho me esforçado para ampliar a contribuição feminina nos espaços decisórios. Dez ministérios do meu governo são comandados por mulheres. Em especial, quero enfatizar que o núcleo central do meu governo é constituído por mulheres ministras”, afirmou, mas ressaltou que, no país, “ainda há muito a ser feito”. “Fui eleita a primeira mulher presidente do Brasil 121 anos depois da proclamação da República e 68 anos depois da conquista do voto feminino. Somos 58% dos eleitores, mas apenas 10% do Congresso Nacional”, informou.

A presidenta afirmou também que a questão de gênero está “longe de ser um tema acessório”, mas uma “prioridade na agenda internacional”. “São as mulheres as que mais sofrem com a pobreza, o analfabetismo, as falhas dos sistemas de saúde, os conflitos e a violência sexual”. Apontou que a questão de gênero é uma prioridade da agenda interna e que o papel da Secretaria de Políticas para as Mulheres é o de incorporar a perspectiva de gênero em todas as políticas públicas.